



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO  
GABINETE DA PREFEITA

**DECRETO Nº 239/2025, DE 11 DE AGOSTO DE 2025.**

Dispõe sobre a Classificação da REURB INOMINADA SOB RITO SUMÁRIO nas modalidades Reurb-S (Social) e Reurb-E (Específica) e estabelece diretrizes para a expedição de Títulos de Legitimação Fundiária no Município de Itinga do Maranhão.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO, LENNY PAULA FIRMIANO AGUIAR**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 5º, 6º, 23 e 24 da Lei Federal nº 13.465/2017 (Lei da Reurb), no Decreto Federal nº 9.310/2018, e na Nota Técnica 26/2023 do Núcleo de Regularização Fundiária da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - A classificação da **REURB INOMINADA SOB RITO SUMÁRIO** nas modalidades **Reurb-S (Social)** e **Reurb-E (Específica)**, no Município de Itinga do Maranhão, será realizada **de forma isolada por unidade imobiliária**, na medida em que os **Títulos de Legitimação Fundiária** forem expedidos pela **Secretaria Municipal de Regularização Fundiária**.

**Art. 2º** - Os Títulos de Legitimação Fundiária serão concedidos observados os seguintes **critérios e requisitos**, conforme disposto nos **artigos 23 e 24 da Lei nº 13.465/2017**:

**I – Requisitos para concessão na Reurb-S:**

a) O beneficiário **não pode ser concessionário, foreiro ou proprietário exclusivo de imóvel urbano ou rural** (art. 23, §1º, I, com redação dada pela Lei nº 14.118/2021);



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO  
GABINETE DA PREFEITA

b) O beneficiário **não pode ter sido contemplado anteriormente com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade**, ainda que em outro núcleo urbano (art. 23, §1º, II);

c) Em caso de imóvel urbano com finalidade **não residencial**, deverá ser reconhecido **interesse público** na ocupação (art. 23, §1º, III).

II – A legitimação fundiária **conferirá propriedade livre e desembaraçada** de quaisquer ônus, direitos reais ou gravames, exceto os que digam respeito ao próprio legitimado (art. 23, §2º).

**Art. 3º** Nos Títulos de Legitimação Fundiária expedidos deverá constar, **expressamente**, a seguinte menção:

**Art. 4º** "Nos termos do **Decreto nº 9.310/2018, Art. 55**, é vedado ao oficial do cartório de registro de imóveis exigir comprovação de pagamento ou quitação de tributos, impostos, taxas, contribuições ou penalidades nos atos de registro ou averbação relativos à Reurb-S."

**Art. 5º** A dispensa de custas e emolumentos nos registros imobiliários da Reurb-S obedecerá ao **Art. 56 do Decreto nº 9.310/2018**, devendo os legitimados apresentar o título ao cartório de registro de imóveis no **prazo máximo de um ano**, contado da data de sua emissão.

**Art. 6º** A Secretaria Municipal de Regularização Fundiária deverá:

I – Manter **cadastro atualizado** dos beneficiários e das unidades imobiliárias regularizadas;

II – No caso de decidir por encaminhar a **Certidão de Regularização Fundiária (CRF)** para registro imediato, estará **dispensada a apresentação de título individualizado** e demais documentos, nos termos do art. 23, §5º da Lei nº 13.465/2017;



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO  
GABINETE DA PREFEITA

III – Realizar **cadastramento complementar** para inclusão de ocupantes não listados inicialmente, sem prejuízo dos direitos já reconhecidos (art. 23, §6º).

**Art. 7ª** Para a classificação da Reurb na modalidade **Reurb-S (Rito Sumário)**, a composição ou a faixa da renda familiar para definição de população de baixa renda será determinada com base na comprovação pelo beneficiário de que sua renda familiar não ultrapassa o triplo do salário mínimo vigente no País.

**§ 1º** A comprovação da **renda familiar** será realizada mediante apresentação de inscrição no **Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)**, conforme regulamentado pelo **Decreto nº 11.016/2022**, que dispõe sobre o Cadastro Único instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

**§ 2º** A Secretaria Municipal de Regularização Fundiária ficará responsável por verificar a regularidade da inscrição no CadÚnico e a conformidade da renda declarada com os limites estabelecidos neste artigo.

**§ 3** A ausência de inscrição no CadÚnico ou a **renda familiar** superior ao triplo do salário mínimo vigente implicará a não enquadramento do beneficiário na modalidade Reurb-S, ressalvadas as exceções previstas em lei.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITINGA DO MARANHÃO/MA, EM 11 DE AGOSTO DE 2025.

**LENY PAULA FIRMIANO AGUIAR**  
**Prefeita de Itinga do Maranhão/MA**

Av. Paula Rejane de Carvalho Santos, nº 300 Coqueiral, CEP: 65939-000  
faleconosco@itinga.ma.gov.br / www.itinga.ma.gov.br  
**CNPJ: 01.614.537/0001-04**







Publicado por: PEDRO ALVES DOS SANTOS FILHO  
Código identificador: 178042d8c17f1050646ead805a6cfc22

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO

### DECRETO Nº 239/2025, DE 11 DE AGOSTO DE 2025.

DECRETO Nº 239/2025, DE 11 DE AGOSTO DE 2025.

Dispõe sobre a Classificação da REURB INOMINADA SOB RITO SUMÁRIO nas modalidades Reurb-S (Social) e Reurb-E (Específica) e estabelece diretrizes para a expedição de Títulos de Legitimação Fundiária no Município de Itinga do Maranhão.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO, LENNY PAULA FIRMIANO AGUIAR**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 5º, 6º, 23 e 24 da Lei Federal nº 13.465/2017 (Lei da Reurb), no Decreto Federal nº 9.310/2018, e na Nota Técnica 26/2023 do Núcleo de Regularização Fundiária da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão,

DECRETA:

**Art. 1º** - A classificação da REURB INOMINADA SOB RITO SUMÁRIO nas modalidades Reurb-S (Social) e Reurb-E (Específica), no Município de Itinga do Maranhão, será realizada de forma isolada por unidade imobiliária, na medida em que os Títulos de Legitimação Fundiária forem expedidos pela Secretaria Municipal de Regularização Fundiária.

**Art. 2º** - Os Títulos de Legitimação Fundiária serão concedidos observados os seguintes **critérios e requisitos**, conforme disposto nos **artigos 23 e 24 da Lei nº 13.465/2017**:

**I - Requisitos para concessão na Reurb-S:**

a) O beneficiário **não pode ser concessionário, foreiro ou proprietário exclusivo de imóvel urbano ou rural** (art. 23, §1º, I, com redação dada pela Lei nº 14.118/2021);

b) O beneficiário **não pode ter sido contemplado anteriormente com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade**, ainda que em outro núcleo urbano (art. 23, §1º, II);

c) Em caso de imóvel urbano com finalidade **não residencial**, deverá ser reconhecido **interesse público** na ocupação (art. 23, §1º, III).

**II - A legitimação fundiária conferirá propriedade livre e desembaraçada** de quaisquer ônus, direitos reais ou gravames, exceto os que digam respeito ao próprio legitimado (art. 23, §2º).

**Art. 3º** Nos Títulos de Legitimação Fundiária expedidos deverá constar, **expressamente**, a seguinte menção:

**Art. 4º** "Nos termos do **Decreto nº 9.310/2018, Art. 55**, é vedado ao oficial do cartório de registro de imóveis exigir comprovação de pagamento ou quitação de tributos, impostos, taxas, contribuições ou penalidades nos atos de registro ou averbação relativos à Reurb-S."

**Art. 5º** A dispensa de custas e emolumentos nos registros imobiliários da Reurb-S obedecerá ao **Art. 56 do Decreto nº 9.310/2018**, devendo os legitimados apresentar o título ao cartório de registro de imóveis no **prazo máximo de um ano**, contado da data de sua emissão.

**Art. 6º** A Secretaria Municipal de Regularização Fundiária deverá:

**I - Manter cadastro atualizado** dos beneficiários e das unidades imobiliárias regularizadas;

**II - No caso de decidir por encaminhar a Certidão de Regularização Fundiária (CRF)** para registro imediato, estará **dispensada a apresentação de título individualizado** e demais documentos, nos termos do art. 23, §5º da Lei nº 13.465/2017;

**III - Realizar cadastramento complementar** para inclusão de ocupantes não listados inicialmente, sem prejuízo dos direitos já reconhecidos (art. 23, §6º).

**Art. 7º** Para a classificação da Reurb na modalidade **Reurb-S (Rito Sumário)**, a composição ou a faixa da renda familiar para definição de população de baixa renda será determinada com base na comprovação pelo beneficiário de que sua renda familiar não ultrapassa o triplo do salário mínimo vigente no País.

**§ 1º** A comprovação da **renda familiar** será realizada mediante apresentação de inscrição no **Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)**, conforme regulamentado pelo **Decreto nº 11.016/2022**, que dispõe sobre o Cadastro Único instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

**§ 2º** A Secretaria Municipal de Regularização Fundiária ficará responsável por verificar a regularidade da inscrição no CadÚnico e a conformidade da renda declarada com os limites estabelecidos neste artigo.

**§ 3º** A ausência de inscrição no CadÚnico ou a **renda familiar** superior ao triplo do salário mínimo vigente implicará a não enquadramento do beneficiário na modalidade Reurb-S, ressalvadas as exceções previstas em lei.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITINGA DO MARANHÃO/MA, EM 11 DE AGOSTO DE 2025.

LENNY PAULA FIRMIANO AGUIAR  
Prefeita de Itinga do Maranhão/MA

Publicado por: CAIO VITOR DELGADO CARDOSO  
Código identificador: 2002cf0162d3cf2488424bd083624147

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSELÂNDIA

### CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025 - SRP

#### CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

À Empresa:

**APAN ASSESSORIA DE PROJETOS E CONVENIOS LTDA**  
CNPJ Nº 57.972.999/0001-58  
ENDEREÇO NA RUA DO ESPORTE, Nº 344 - ANEXO A, CENTRO  
SÃO MATEUS DO MARANHÃO / MA, CEP: 65470-000  
E-mail: apanassessoria@hotmail.com  
Telefone: (99) 9 8110-0295

Tem o presente o fim específico de convocar o(s) responsável (veis), na qualidade de sócio/titular da empresa acima identificadas, para proceder com a **ASSINATURA DA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS** referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025 - SRP**, no prazo de 05 (cinco) dias

